

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

O procedimento licitatório obedecerá a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar Federal 123 de 14.12.2006 e suas alterações, os Decretos Municipais Nº 2.821/2023 e 3135/2024 e Decreto Municipal nº3.498/2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material de expediente e produtos correlatos para as todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado – MG

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 07/10/2025

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 09:00 HORAS DE 07/10/2025

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL –
www.licitardigital.com.br

VALOR ESTIMADO TOTAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ **304.025,86**

TIPO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERENCIA: ME, EPP e EQUIPARADA REGIONAL

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > edital PE 025/2025 > esclarecimentos.

Telefone: (31) 3883.1153

Horário de funcionamento: 08h00min. às 12h00min e de 13h00min às 17h00.

PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

TIPO: MENOR PREÇO

PREÂMBULO

O Município de Santa Cruz do Escalvado - MG, com endereço à Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado/MG, CEP: 35.384.000, CNPJ: 18.316.273/0001-05, isento de inscrição estadual, por intermédio do Setor de Licitação, realizará o Pregão Eletrônico, tipo menor preço, sob o critério de julgamento de **menor preço por item**, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) a qual, conforme especificado no ANEXO I deste edital.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Felipe Ferreira da Silva, Agente da Contratação designado pelo Decreto Municipal nº3.459, de 11 de março de 2025, anexado aos autos do procedimento.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG, através do endereço eletrônico www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa, objetivando o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material de expediente e produtos correlatos para as todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado – MG

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1. – Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.2. Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas que:

2.2.1. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, devidamente comprovada através do objeto do contrato social da empresa;

2.2.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

2.2.3. Comproven possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo – Da Documentação de Habilitação.

2.5. Não poderão concorrer neste Pregão:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do município contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do município licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. *(Não será permitido a participação de empresa reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação, são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso da presente licitação).*

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do município contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do município.

- 2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.8. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.10. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica
- 2.11. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão provedor do Sistema, através do site: www.licitardigital.com.br.
- 2.12. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 2.13. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.14. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 2.15. O Licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.
- 2.16. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.
- 2.17. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual. MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.18. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, os itens desta licitação estimados com o valor inferior a R\$ 80.000,00, serão destinados às empresas que se enquadrem no conceito legal de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.
- 2.19. Aplica-se a este edital o critério de **Preferência Regional**, observado o disposto no art. 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006, e no Decreto Municipal nº 3.135/2024. Serão consideradas para esse fim as empresas sediadas nos municípios cobertos pela microrregião da AMAPI.

2.19.1 - A aplicação do critério Regional se justifica pela necessidade de melhores condições de entrega, promoção do comércio Regional, além do que, a necessidade de fomentar os pequenos empresários. Em pesquisa realizada no cadastro de empresas municipais, há no mínimo 03 (três) empresas que possuem capacidade de atender ao objeto do presente edital sediadas na Região da AMAPI, conforme Art. 14, Parágrafo 1º, item II do Decreto Municipal:

Art. 14 - Fica estabelecida prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, (art. 47 Caput – Lei 147/2014) até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, em todos os procedimentos licitatórios realizados na forma do art. 7º deste Decreto.

§ 1º - Para efeito de interpretação do disposto no art. 47 Caput – Lei Complementar 147/2014, ficam definidos neste decreto os termos local e regional da seguinte forma:

...

II - Regional: Balizado nos municípios cobertos pela microrregião da AMAPI e do IBGE. Abre Campo/ Acaiaca / Alvinópolis / Amparo da Serra / Barra Longa /Caputira/ Diogo de Vasconcelos / Dom Silvério / Guaraciaba / Jequeri /Mariana/Matipó/ Oratórios /Pedra Bonita/ Piedade de Ponte Nova / Ponte Nova /Raul Soares/ Rio Casca / Rio Doce /Santa Margarida/ São José do Goiabal/ São Pedro dos Ferros/ Sem-Peixe / Sericita/ Santa Cruz do Escalvado/ Santo Antônio do Grama/ Teixeiras/ Urucânia e Vermelho Novo.

2.20 - As empresas que se enquadrarem no critério de empresa Regional, ou seja, com sede na microrregião da AMAPI e que se enquadra nos critérios da Lei Complementar nº 123/2006, terão aplicado o benefício previsto neste edital de forma automática.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

3. A licitante deverá encaminhar a proposta, **concomitantemente** com os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico na plataforma www.licitardigital.com.br), até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação

3.1.1 O certame será conduzido pela Agente da Contratação nomeada através do Decreto Municipal Nº 3.459/2025

3.1.2.O Agente de Contratação, neste processo denominado Pregoeiro, e a equipe de apoio reunir-se-ão, em sessão pública, para processamento do Pregão eletrônico.

3.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

3.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitardigital (www.licitardigital.com.br).

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos.

3.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

3.8. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

* Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

* Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

* Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

3.9 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DOS PROCEDIMENTOS:

4.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente da Contratação denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo Licitações constantes da página eletrônica do Site da Licitar Digital: www.licitardigital.com.br.

4.1.1. Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais e documentos para habitação dentro do sistema até a data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

4.2. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

4.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.4. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

4.5. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horários definidos no edital.

4.6. O julgamento das propostas será feito pelo menor valor por item, de acordo com a especificação da plataforma de licitações.

4.7. O Pregoeiro via sistema eletrônico dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com divulgação da melhor proposta para cada item.

4.8. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

4.8.1. No caso de nenhum licitante apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

4.9. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, com intervalo mínimo de R\$0,01 (um centavo) exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

4.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo UNITÁRIO com o máximo de duas casas após a vírgula, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

4.11. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

4.11.1. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema.

4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

4.13. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, VEDADO A IDENTIFICAÇÃO DO SEU DETENTOR.

4.13.1. A identificação do participante durante o certame implicará em desclassificação, assim como a comunicação em qualquer forma com o pregoeiro.

4.14. A etapa de lances da sessão pública durará dez minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.14.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

4.14.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, facultando ao pregoeiro admitir o reinício da etapa de envio de lances.

4.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

4.17. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

4.18. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

4.19. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

4.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no Edital.

4.21. Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério do menor preço por item.

4.22. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

5. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:

5.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas na plataforma www.licitardigital.com.br.

5.3. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

6.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão, exclusivamente por meio da plataforma de licitações.

6.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

7.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Após declarada a vencedora, será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

7.3. A falta de manifestação no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso e autoriza a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

7.4. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.5 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.5.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.5.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.5.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **07 dias**, contado do recebimento dos autos.

7.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do órgão.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA APÓS O ENCERRAMENTO DA DISPUTA:

8.1. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante declaração

expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

8.3. O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, está sujeito à desclassificação do item proposto.

9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

9.1. Para fins de habilitação, a licitante vencedora deverá ter anexado na plataforma www.licitardigital.com.br até o horário previsto para abertura da sessão, os documentos abaixo discriminados:

9.1.1. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
 - d) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;
 - e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
 - f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.1.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.1.1.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 9.1.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.1.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- 9.1.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.1.2.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.1.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; OU

b) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir a ata de registro de preços e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n.º 14.133/21.

9.2. Os documentos deverão ser anexados através da plataforma www.licitardigital.com.br.

9.3. Os documentos extraídos de sistema informatizado (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

9.4. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e MEI deverão anexar em campo próprio do sistema toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no art. 43 da LC nº 123 de 14.12.2006, LC 147 de 07.08.2014 e LC 155 de 27/10/2016.

9.5. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado à ME, EPP e MEI o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.

9.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

9.7. Quanto aos documentos solicitados, não havendo validade expressa, deverão ser expedidos com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

9.8. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar aos licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

9.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos.

10. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA:

10.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

10.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

10.3. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns) objeto do certame.

10.4. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.5. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

10.6. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

10.6.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.

10.6.2. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

10.6.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do Município de SANTA CRUZ DO ESCALVADO e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6.4. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

10.6.5. O registro a que se refere o subitem 10.6.2 deste título tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.6. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 10.6.2 deste título, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

10.6.7. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 10.6.2 deste título será efetuada, na hipótese prevista no §1º e §2º do Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, e, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas no §4.º da legislação em comento.

10.6.8. O anexo de que trata o subitem 10.6.2 deste título consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterà a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

10.6.9. Caso os documentos habilitatórios estejam desatualizados, devem ser solicitados novos para a licitante, a fim de verificar-se a manutenção das condições de habilitação já preenchidas no dia da sessão de julgamento.

10.6.10. No caso de utilização do cadastro reserva, haverá a realização de ato complementar de homologação do procedimento.

11. - CADASTRO DE RESERVA

11.1. Poderá ser formado um cadastro de reserva de preços mediante o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação da licitação.

11.2. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

11.3. O registro do cadastro de reserva tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata

11.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes inscritos no cadastro de reserva antecederão aqueles que mantiverem sua proposta inicial ou último lance.

11.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

12. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A ata de registro de preços oriunda desta contratação iniciará na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

i. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii. compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na Imprensa Oficial do Município.

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14 - ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços, os preços registrados poderão ser alterados em conformidade com as modificações ocorridas, em qualquer momento após a oferta da proposta ou do orçamento, desde que a variação seja demonstrada analiticamente, para manutenção da equação econômico-financeira.

14.1.1. Em caso de alterações, deverá ser mantida a proporcionalidade apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e o preço de custo da época.

14.1.1.1 Aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, de consequências incalculáveis que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preço, aplicando-se o índice de variação de preços apropriado.

14.3. O pedido de revisão de preços será processado pelo Gestor do Contrato e, sempre que necessário, remetido aos órgãos técnicos para emissão de parecer de conformidade.

14.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.4.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.4.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

14.4.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

14.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.5.1. O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.5.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

14.5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.5.4. Não havendo êxito na convocação, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços em relação ao item ou itens enquadrados na situação.

14.6. Para fins deste edital, será considerado preço de mercado, a utilização dos parâmetros do art. 23 da Lei 14.133/2021.

14.7. A ata de registro de preços não será objeto de supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

14.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços terá vigência conforme consta no Termo de Referência e poderá ser prorrogável por até igual período, desde que:

14.8.1. O(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

14.8.2. Que a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

14.8.3. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador.

14.9. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

15. DA ASSINATURA DA ATA:

15.1. A Ata de registro de preços a ser firmada com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

15.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na sede do Município, após a notificação do . Comprador.

15.3. A recusa em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 - UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES.

16.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer município da Administração Pública, desde que devidamente comprovada a vantagem da utilização.

16.2. O Órgão Gerenciador deverá ser previamente consultado e autorizar a utilização da ata de registro de preço por município não participante.

16.3. As aquisições ou contratações adicionais por município não participante não poderão exceder:

I - Por município aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

II - Na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

16.4. As adesões e contratações serão autorizadas preferencialmente sobre a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, com a anuência da respectiva detentora, até o limite estabelecido na referida cota em face da totalidade do objeto, sendo as demais adesões e contratações autorizadas sobre a cota remanescente, consultada a detentora desta última cota.

16.5. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão contratar mediante o uso de Ata de Registro de Preços de município de qualquer esfera da Administração Pública, inclusive Consórcios Públicos, cumpridos os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração de que os valores registrados na ata que se pretende a adesão estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa atualizada de mercado;

III - Prévia consulta e anuência do órgão gerenciador da Ata;

IV - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor;

V - Formalização do compromisso entre o órgão aderente e o fornecedor, mediante Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços ou Contrato.

16.6. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

16.6.1. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.6.1.1. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

16.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

17- CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

III - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

IV - Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

V - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

17.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

17.3. A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

18.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

18.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

18.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

18.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

18.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

18.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

18.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Executivo, naquilo que couber.

18.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

18.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

18.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

18.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

18.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES

19. DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por

provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

19.2.A Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO ESCALVADO poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da ata de registro de preços ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.5. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.8 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município.

19.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

19.10. A participação do proponente nesta Licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.11. Fica eleito o foro da comarca de PONTE NOVA/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução da ata de registro de preços.

19.12. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de telefone e e-mail.

19.13. A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que delas poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

19.14. A Licitante compromete-se a manter durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a sua habilitação

19.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

19.16. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

20. DA RELAÇÃO DE ANEXOS

20.1. São anexos deste edital:

Anexo I – Termo de Referencia

Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Santa Cruz do Escalvado, 17 de setembro de 2025.

Geisa de Paula Lima Almeida
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui o objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material de expediente e produtos correlatos para as todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado – MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA

2.1. Os valores estimados foram obtidos através da média dos preços apurados através do sistema cesta de preços Sanderson S Vilharga.

3. Justificativa da necessidade da contratação

A aquisição de materiais de expediente mostra-se essencial para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado – MG. Tais materiais são de uso rotineiro e indispensáveis ao funcionamento adequado dos setores, servindo de suporte às atividades internas de todas as Secretarias Municipais, bem como ao atendimento direto às demandas da população.

A Administração Pública, ao cumprir sua missão institucional, depende do fornecimento regular desses insumos para garantir organização documental, registro adequado de informações, elaboração de processos administrativos e demais rotinas indispensáveis ao bom andamento dos serviços públicos.

Além disso, a presente contratação observa o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como o princípio da economicidade, tendo em vista que a aquisição centralizada possibilita maior controle, padronização dos insumos e redução de custos, evitando a fragmentação de compras e otimizando os recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e atenderem perfeitamente o objetivo para o qual são destinados.

4.2. Não serão aceitos produtos com avarias ou mal funcionamento, que não atendam ao objetivo para o qual se destinam e, no caso de bens com prazo de validade dado pelo fabricante, no ato do recebimento, com prazo de vigência inferior a 70% da validade exibida na embalagem.

4.3. Os produtos deverão atender as normas mínimas da ABNT e garantia mínima de 12 meses da emissão da nota fiscal.

4.4. Os itens a serem adquiridos se enquadram como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.5. Os materiais objeto da eventual aquisição devem ser entregues no prazo de até 10 **(dez) dias úteis** após a notificação do empenho ao fornecedor, no endereço indicado na ordem de fornecimento, dentro das especificações contidas na proposta de preços.

4.6. Aplica-se a este edital o critério de **Preferência Regional**, observado o disposto no art. 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006, e no Decreto Municipal nº 3.135/2024. Serão consideradas para esse fim as empresas sediadas nos municípios cobertos pela microrregião da AMAPI.

4.6.1 - A aplicação do critério Regional se justifica pela necessidade de melhores condições de entrega, promoção do comércio Regional, além do que, a necessidade de fomentar os pequenos empresários. Em pesquisa realizada no cadastro de empresas municipais, há no mínimo 03 (três) empresas que possuem capacidade de atender ao objeto do presente edital sediadas na Região da AMAPI, conforme Art. 14, Parágrafo 1º, item II do Decreto Municipal:

Art. 14 - Fica estabelecida prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, (art. 47 Caput – Lei 147/2014) até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, em todos os procedimentos licitatórios realizados na forma do art. 7º deste Decreto.

§ 1º - Para efeito de interpretação do disposto no art. 47 Caput – Lei Complementar 147/2014, ficam definidos neste decreto os termos local e regional da seguinte forma:

...

II - Regional: Balizado nos municípios cobertos pela microrregião da AMAPI e do IBGE. Abre Campo/ Acaiaca / Alvinópolis / Amparo da Serra / Barra Longa / Caputira/ Diogo de Vasconcelos / Dom Silvério / Guaraciaba / Jequeri / Mariana/ Matipó/ Oratórios / Pedra Bonita/ Piedade de Ponte Nova / Ponte Nova / Raul Soares/ Rio Casca / Rio Doce / Santa Margarida/ São José do Goiabal/ São Pedro dos Ferros/ Sem-Peixe / Sericita/ Santa Cruz do Escalvado/ Santo Antônio do Gramma/ Teixeiras/ Urucânia e Vermelho Novo.

4.7. - As empresas que se enquadrarem no critério de empresa Regional, ou seja, com sede na microrregião da AMAPI e que se enquadra nos critérios da Lei Complementar nº 123/2006, terão aplicado o benefício previsto neste edital de forma automática.

48. O objeto da licitação não necessariamente será contratado em sua totalidade, tratando-se de quantidade estimada, sendo considerada apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços. A licitante para a qual for adjudicado o item for

convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços, obterá apenas o direito e a exclusividade de contratação para os itens até o término da vigência da ata.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias ao fornecimento dos produtos mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

6. DO LOCAL DE ENTREGA E PRAZO

6.1. O prazo para entrega dos produtos de até **10 (dez) dias úteis**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.1.1. O local da entrega dos produtos deverá ocorrer na Rua Capitao Luiz Sette, 130 - Centro, no horário de 08:00 às 11:00 h e 13:00 às 16:00 h.

6.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: impostos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, alimentação, deslocamento e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados da data de emissão da contratação, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Supervisionar a execução do fornecimento dos produtos, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

- g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços/produtos a serem prestados.
- h) Efetuar o pagamento devido pela perfeito fornecimento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- i) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- j) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- k) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- m) Rejeitar os produtos em desconformidade com o presente instrumento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado.

- a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- g) Realizar o fornecimento dos produtos em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- 10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

10.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

10.2.4. Multa

10.2.4.1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.2.4.2. compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11. DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Geisa de Paula Lima

Cargo: Secretária de Administração e Finanças

11.1.1. – FISCAL DO CONTRATO

Nome: Ana Julia Xavier Untaler

Cargo: Agente Administrativo

11.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

- 11.3. A comunicação entre a gestão/fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;
- 11.4. O relatório de entrega será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;
- 11.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

12. DO REAJUSTE:

- 12.1.. A recomposição do preço do contrato observará a Lei 14.133/2021.
- 12.2. Os reajustes e repactuações serão efetuadas com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE. Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência do contrato, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei que, no momento é de doze meses a contar do mês de assinatura deste contrato.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. Nos termos do inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar 101, a presente ação governamental tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
- 13.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente.
- 13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 13.4. A indicação da disponibilidade de dotação orçamentária é dispensada no caso de registro de preços, sendo exigida somente para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

14 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 15.3. As comunicações entre o município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, em especial:

16 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

16.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.2.Habilitação Jurídica

16.2.1.Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.2.Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

16.2.3.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.4.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.5.Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.2.6.Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

16.2.7.Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3.Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

16.3.3.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.3.4.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.5.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.6.Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa emitida pela Secretaria competente do Estado;

16.3.7.Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa emitida pela Secretaria competente do Município;

16.3.8.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.3.9.O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.4.Qualificação Econômico-Financeira

16.4.1.Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para entrega das propostas.

SANTA CRUZ DO ESCALVADO/MG, 15 de setembro de 2025

Geisa de Paula Lima Almeida
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º. XXXXXXXXXX, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GILMAR DE PAULA LIMA, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, com sede na cidade de _____, na Rua _____, neste ato representada pelo _____, Sr. _____, adjudicatária do Pregão nº ____/2025, Processo nº ____/2025, doravante denominada FORNECEDORA, resolvem Registrar os Preços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento é o

CLÁUSULA SEGUNDA – EXPECTATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O valor estimado desta ata é de R\$ _____ (_____), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.2. Estima-se que as aquisições decorrentes desta ata poderão atingir os quantitativos abaixo, ficando a Fornecedora obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE E PUBLICAÇÃO

3.1. A vigência desta ata tem início a partir do dia ____/____/____ e vigorará até ____/____/2026.

3.2. A eficácia deste instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial do município de SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços, os preços registrados poderão ser alterados em conformidade com as modificações ocorridas, em qualquer momento após a oferta da proposta ou do orçamento, desde que a variação seja demonstrada analiticamente, para manutenção da equação econômico-financeira.

4.1.1. Em caso de alterações, deverá ser mantida a proporcionalidade apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e o preço de custo da época.

4.1.1. Aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, de consequências incalculáveis que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preço, aplicando-se o índice de variação de preços apropriado.

4.3. O pedido de revisão de preços será processado pelo Gestor do Contrato e, sempre que necessário, remetido aos órgãos técnicos para emissão de parecer de conformidade.

4.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

4.4.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.4.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

4.4.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

4.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

4.5.1. O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

4.5.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

4.5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

4.5.4. Não havendo êxito na convocação, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços em relação ao item ou itens enquadrados na situação.

4.6. Será considerado preço de mercado, a utilização dos parâmetros do art. 23 da Lei 14.133/2021.

4.7. A ata de registro de preços não será objeto de supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

4.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços terá vigência conforme consta no Termo de Referência e poderá ser prorrogável por até igual período, desde que:

4.8.1. O(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

4.8.2. Que a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

4.8.3. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador.

4.9. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Fornecedora em sua proposta, no prazo de até 30 dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nas Notas Fiscais, devidamente conferidas e aprovadas pelo . Compradora.

5.2. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal da ata de registro de preços.

5.3. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos ao . Fornecedor e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Compradora.

5.4. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos do . Fornecedor, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação do Fornecedor.

5.5. Para que os pagamentos possam ser efetuados, o Fornecedor deverá apresentar, junto a nota fiscal de produtos/serviços documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista.

5.6. Sobre o valor devido a Fornecedora, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

5.8. É vedado a Fornecedora transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata de registro de preços.

5.9. Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES ALÉM DAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERENCIA.

6.1. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

6.1.1. Será responsabilizado civil e criminalmente, por qualquer dano quanto ao mal fornecimento dos produtos .

6.1.2. Obriga-se a garantir a qualidade dos produtos fornecidos.

6.1.3. Entregar as mercadorias de acordo com as especificações licitadas, nas datas e locais estabelecidos na Ordem de Fornecimento.

6.1.4. Comunicar à Secretaria demandante, imediatamente, os motivos que impossibilitem o cumprimento da entrega no prazo previsto, acompanhada de comprovação idônea, possibilitando melhor planejamento da administração.

6.1.5. Manter durante o período contratual nas mesmas condições os documentos de habilitação, que poderão ser solicitados a qualquer tempo.

6.1.6. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como o seu transporte até o local determinado para sua entrega.

6.1.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.

6.1.8. Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na ata de registro de preços.

6.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ata de registro de preços.

6.2. OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADO

6.2.1. Prestar à FORNECEDORA todos os esclarecimentos necessários à execução da ata de registro de preços.

6.2.2. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos nesta ata de registro de preços.

6.2.3. Comunicar a Fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.2.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Fornecedora, através de servidor especialmente designado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Nos termos do inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar 101, a presente ação governamental tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

7.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente.

7.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. A indicação da disponibilidade de dotação orçamentária é dispensada no caso de registro de preços, sendo exigida somente para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DA ENTREGA

8.1. A entrega dos produtos deverá ocorrer conforme previsto no Item 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A ata de registro de preços ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsáveis:

9.1.1. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome: Geisa de Paula Lima

Cargo: Secretária de Administração e Finanças

9.1.1.1. – FISCAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nome: Ana Julia Xavier Untaler

Cargo: Agente Administrativo

9.2. Compete ao Gestor da ata de registro de preços acima identificado exercer a administração da ata de registro de preços, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência da ata de registro de preços, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

9.3. Compete ao Fiscal da ata de registro de preços acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da ata de registro de preços, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com o . Fornecedor, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata de registro de preços, etc.

9.4. O fiscal da ata de registro de preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Fornecedora inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Os produtos serão recebidos:

10.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

10.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução da ata de registro de preços.

10.3. Só serão aceitas os produtos entregues de acordo com as especificações do objeto e em quantidades expressas na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no Item 13 do Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CANCELAMENTO

12.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A ata de registro de preços vincula-se às cláusulas avençadas e deverá ser executada fielmente pelas partes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Fica eleito o foro da comarca de PONTE NOVA/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução desta ata de registro de preços.

13.3. E, por estarem justas e acordes, as partes firmam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG, de de 2025.

Comprador

Fornecedora

ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA

Nº Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	3947	Adesivo acrílico para configurar etiquetas, formato A4, caixa com 100 folhas.	CX	1	72,91	72,91
0002	116112	Agenda 2026	UN	88	40,48	3.562,24
0003	6688	Álcool 92,8 %, caixa com 12 und de 1 litro	CX	5	121,91	609,55
0004	116196	ALFINETE CABECA COLORIDA CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	21	9,68	203,28
0005	113386	Alfinete mapa, material metal, tratamento superficial galvanizado, material cabeça plástico, formato cabeça redondo, medindo 0,5 mm , CORES VARIADAS, comprimento 15 mm, aplicação mapa – caixa com 50 unidades	CX	101	3,55	358,55
0006	6690	Almofada para carimbo, nº3, tamanho 9x13 cm, cor azul	UND	12	11,44	137,28
0007	2358	APAGADOR QUADRO BRANCO	UN	2	26,74	53,48
0008	116268	Apontador de lápis, simples, sortidos. Qualidade igual ou superior a Faber Castell, Compactor e Leo Leo.	UN	66	1,78	117,48
0009	113113	BALAO BEXIGA LISO 9 POLEGADAS - PCT COM 50UN - CORES VARIADAS	PCT	400	16,76	6.704,00
0010	113114	BALAO BEXIGA METALIZADO 9 POLEGADAS - PCT COM 25UN - CORES VARIADAS	PCT	160	25,05	4.008,00
0011	114950	Barbante 100% algodão, com 150 metros nº 4	Rolo	62	15,75	976,50
0012	116267	Barbante de algodão rolo com no	UN	10	19,43	194,30

		mínimo de 250 metros				
0013	6694	Bastão de cola quente (fina), a base de resina termoplástica, não tóxico pacotes com 1 kg.	UND	20	54,07	1.081,40
0014	5213	Bastão de cola quente (grossa), a base de resina termoplástica, não tóxica pacotes com 1 kg-	UND	50	66,03	3.301,50
0015	112930	BISNAGA DE COLA TUDO, CONTENDO 5MG	UN	30	13,31	399,30
0016	112862	BLOCO DE PAPEL ADESIVO PARA RECADO, AMARELO, TAMANHO 76X102MM, COM 100FLS	blc	135	9,41	1.270,35
0017	114813	BLOCO PARA RECADO ADESIVOS REMOVÍVEIS, AMARELO, 38 X50MM 100 FOLHAS	UN	50	6,22	311,00
0018	116147	BLOCO PARA RECADO ADESIVOS REMOVÍVEIS, ESTILO POST IT, AMARELO, 76X100mm, com 100 folhas.	UN	100	9,41	941,00
0019	5436	Bloco para recado auto adesivo removíveis, amarelo 653, pct com 4 und	UND	10	7,76	77,60
0020	2468	Bloco para recado auto adesivos removíveis, amarelo 657	UN	10	2,62	26,20
0021	113387	Bobina de papel contact 45 cm x 25 m transparente (tradicional). Para ser aplicado em forração externa e interna de objetos, tarefas escolares, trabalhos manuais e etc.	Rolo	12	111,88	1.342,56
0022	113835	Bobina para relógio de ponto .Com tecnologia termossensível e tamanho de 57mm x 300m, é específica para uso em relógio de ponto eletrônico. Possui capacidade média de impressão de 7500 tickets curtos ou 5000 tickets longos. Caixa	CX	50	253,30	12.665,00

		com 6 unidades.				
0023	116131	Bobina plástica picotada, 05kg (30x40)	Rolo	5	48,84	244,20
0024	116130	Bobina plástica picotada, 10kg (40x50).	Rolo	5	27,99	139,95
0025	116190	BOLA DECORATIVA CORES SORTIDAS 38 cm PARA DECORAÇÃO DE FESTAS	UN	100	16,93	1.693,00
0026	3949	Bolinhas de isopor, 75 mm, pacote com 100 unidades.	PCT	5	170,56	852,80
0027	3950	Borracha branca, tamanho 40 mm, macia, feita de latex natural, escolar no formato retangular, medida aproximada 2,2x3,2x0,8cm. Caixa com 40 unidades.	CX	12	25,31	303,72
0028	112838	CADERNO BROCHURA - CAPA DURA, TAMANHO GRANDE, 1/1, PAUTADO, 96 FOLHAS	UN	50	16,33	816,50
0029	112839	CADERNO BROCHURA - CAPA DURA, TAMANHO PEQUENO, 1/4, PAUTADO, 48 FOLHAS	UN	40	10,07	402,80
0030	2477	Caderno brochurão, sem pauta, formato 200x275, com 60 folhas brancas	UN	50	7,58	379,00
0031	114004	Caderno em espiral grande, contendo 100 folhas	UN	20	18,23	364,60
0032	112300	CADERNO ESPIRAL, CAPA DURA 96 FOLHAS, UNIVERSITÁRIO, TAMANHO 200X275MM PAUTADO, CAPAS CORES DIVERSAS	UND	33	21,53	710,49
0033	116117	Caixa articulável	UN	100	52,50	5.250,00
0034	116134	Caixa organizadora 13 litros, com trava incolor.	UN	10	39,65	396,50

0035	114226	CAIXA ORGANIZADORA DESMONTÁVEL G - EM POLIPROPILENO, MEDINDO APROX. 437x310x240 AXLXP, COM TAMPA, ALÇA NA LATERAL PARA TRANSPORTE, RESISTENTE DE PRIMEIRA QUALIDADE. Cor azul	UN	50	48,50	2.425,00
0036	116133	Caixa organizadora multiuso 30 litros transparente	UN	10	52,73	527,30
0037	116132	Caixa organizadora plástica com tampa e travas, 2,3 litros	UN	10	21,44	214,40
0038	2479	Caixa para arquivo morto, plástico corrugado, gramatura mínima 320 g/m2, tamanho ofício, dimensão 350 x 130 x 245 mm (+/-4%), cor azul	UN	150	3,94	591,00
0039	10383	Caixa para arquivo morto, plástico corrugado, gramatura mínima 320g/m2, tamanho ofício, dimensão 350x130x245 mm (+/- 4%) cor azul/amarelo/vermelho	UND	3000	4,83	14.490,00
0040	112775	CALCULADORA DE MESA - 12 DIGITOS, COM VISOR, 4 OPERAÇÕES, ALIMENTAÇÃO À PILHA AAA, TAMANHO APROXIMADO: 16 X 12 CM. – CALCULADORA DE MESA, 12 DIGITOS, COM VISOR, 4 OPERAÇÕES, ALIMENTAÇÃO À PILHA AAA, TAMANHO APROXIMADO: 16 X 12 CM.	UN	57	28,58	1.629,06
0041	7390	Calculadora de mesa média, sem bobina com 10 dígitos com visor inclinado.	UND	2	35,00	70,00
0042	112411	CANETA CORRETIVA, SECAGEM RÁPIDA, 8ML DE CORRETIVO Á BASE DE SOLVENTE, PONTA METÁLICA FINA DE 1,6MM, OFERECENDO PRECISÃO AO APAGAR. TEM COBERTURA UNIFORME E SECAGEM	UND	45	47,42	2.133,90

		RÁPIDA, CLIP NA TAMPA PERMITE PRENDER NO CADERNO, CORPO MACIO QUE PROPORCIONA FÁCIL MANUSEIO				
0043	112776	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, ESFERA DE TRINGSTÊNIO DE 0,8 MM, TAMPA E TAMPINHA DA COR DA TINTA, NA COR AZUL. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	30	51,77	1.553,10
0044	10385	Caneta esferográfica, ponta de metal fina, caixa com 50 unidades (azul, preta e vermelha)	UND	27	60,58	1.635,66
0045	6704	Caneta esferográfica, transparente, escrita grossa, cx com 50 unidades, "compactor" marca citada apenas como referência, devendo o produto ter desempenho igual ou superior, nas cores azul, preta e vermelha	CX	29	54,66	1.585,14
0046	116126	Caneta esferográfica, transparente, escrita grossa, cx com 50 unidades, "compactor" marca citada apenas como referência, devendo o produto ter desempenho igual ou superior, nas cores preta	CX	10	56,10	561,00
0047	116127	Caneta esferográfica, transparente, escrita grossa, cx com 50 unidades, "compactor" marca citada apenas como referência, devendo o produto ter desempenho igual ou superior, nas cores vermelha	CX	10	60,68	606,80
0048	112828	CANETA HIDROCOR, ATÓXICA, CORES VARIADAS, JOGO COM 12 UNIDADES, GRANDE, PONTA GROSSA	CX	10	27,96	279,60
0049	112840	CANETA HIDROGRAFICA COM 12	CX	10	35,71	357,10

		CORES SORTIDAS, PONTA COM 2MM, TAMPA ANTIFRAXANTE DA MESMA COR DO CORPO, EMBALAGEM EM ESTOJO PLASTICO TRANSPARENTE, TINTA NAO TOXICA.				
0050	7393	Caneta marcadora para CD/DVD , ponta média 2.0 "pilot", marca citada apenas como referência, devendo o produto ter desempenho igual ou superior	UND	15	10,05	150,75
0051	7392	Caneta marca texto, cor amarela fluorescente, a base de água, traço de 4 mm, corpo plástico cilíndrico , tamanho com tampa de 13 cm aproximadamente.	UND	30	3,44	103,20
0052	113757	CANETA MARCA TEXTO - EM CORES VARIADAS, COM PONTA DE POLIACETAL 1,0MM, COM PROTETOR DE METAL, TINTA À BASE DE ALCOOL, RESISTENTE A AGUA, ESCRITA DE 2MM, IDEAL PARA DIVERSAS SUPERFÍCIES, INCLUSIVE EVA.	CX	65	31,80	2.067,00
0053	7394	Caneta, ponta de metal fina, cx com 50 unidades, (vermelha, azul e preta)	CX	4	36,98	147,92
0054	112872	CANETA TIPO "FANTASMINHA" PARA TECIDO. CORES VARIADAS. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: APAGAR AO PASSAR O FERRO O FRICCIONANDO A BORRACHA DA PONTA. EXCESSURA 0,7MM	UN	32	4,32	138,24
0055	112907	CARIMBO NUMERADOR AUTOMATICO SEQUENCIAL E DE REPETIÇÃO COM 6 DIGITOS. MEDIDA DE IMPRESSAO 5MMX21MM - NUMERADOR AUTOMATICO 6 DIGITOS COM REPETIÇÃO. REPETIÇÕES: 0,1,2,3,4,6	UN	2	112,32	224,64

		E 12. APLICAÇÃO: EM QUALQUER DOCUMENTO QUE NECESSITE A MARCAÇÃO SEQUENCIAL DE NUMEROS. SUA CONFIGURAÇÃO PERMITE A REGULAGEM DA QUANTIDADE DE REPETIÇÃO DA CARIMBAGEM (0,1,2,3,4,6 OU 12) BEM COMO REGULAR A QUANTIDADE DE DIGITOS QUE APARECEM NA CARIMBAGEM, IDEAL PARA NUMERAÇÃO DE PAGINAS, DOCUMENTOS, PROTOCOLO, CONTROLE DE QUANTIDADES, ETC.				
0056	7395	Cartolina, folha 50 x 66 cm, pesando 150g/m2, rigidez longitudinal 20gf x cm , transversal 15gf x cm conforme norma tappi 489, nas cores : branca, azul, rosa, amarela verde., /cores variadas.	UND	100	1,61	161,00
0057	112779	CLIPS DE AÇO GALVANIZADO Nº 1, 100 UNIDADES.	CX	10	2,47	24,70
0058	2488	Clips grande niquelado para papéis nº6/0 em aço niquelado, cx com 500g	CX	35	20,44	715,40
0059	112811	CLIPS NIQUELADO NR. 8/0 - CX 500 GRS - DESCRIÇÃO - DIÂMETRO DO ARAME: 1.70 MM. - LARGURA APROXIMADA DO CLIPES: 23 MM. - ALTURA APROXIMADA DO CLIPES: 57 MM. - QUANTIDADE APROXIMADA: 137 UNIDADES.	CX	10	23,44	234,40
0060	2489	Clips niquelado para papéis nº2/0 em aço niquelado, cx com 500g	CX	40	22,76	910,40
0061	2490	Clips niquelado para papéis nº4 em aço niquelado, cx com 500g.	CX	40	24,99	999,60
0062	2491	Cola auto relevo, com 35g por unidade, caixa com 12 cores	CX	10	65,45	654,50

0063	6710	Cola bastão 40g, não tóxica, cola de papel, cartolina e fotos, composição: a base de éter de poliglucosídeo.	CX	3	27,60	82,80
0064	2493	Cola branca, lavável, não tóxica, caixa com 12 tubos de 40g	CX	17	27,60	469,20
0065	116270	Cola branca, lavável, não tóxica frasco com 250ml	UN	50	7,92	396,00
0066	116255	Cola branca, lavável, não tóxica, tubo com 1 kg.	CX	2	14,31	28,62
0067	116118	Cola composição: polivinil acetato - pva, cor: branca, aplicação: escolar, características adicionais: lavável, não tóxica, tipo: líquido 1 litro	UN	10	14,31	143,10
0068	2495	Cola de isopor,cx com 12 tubos de 40g	CX	10	64,16	641,60
0069	112873	COLA DE SILICONE PARA ARTESANATO	LT	50	32,15	1.607,50
0070	116163	COLA GLITTER, LIQUIDA, BRILHANTE, ATOXICA, PARA APLICAÇÕES EM PAPEL E SIMILARES. FRASCO 35G - CORES VARIADAS..	KT	30	7,90	237,00
0071	2498	Cola para madeira, embalagem de 1 litro	UN	2	26,34	52,68
0072	112841	COLA TIPO BASTAO, LAVAVEL, NAO TOXICA, DE USO ESCOLAR, EM EMBALAGEM PLASTICA, COM BICO ECONOMIZADOR. COMPOSIÇÃO: ACETATO DE POLIVINILA, 90G	UN	30	5,36	160,80
0073	116192	CORDA DE SISAL 4mm, ROLO DE 100 METROS	UN	2	58,90	117,80
0074	116257	CORDA DE SISAL8mm, ROLO DE 10 METROS.	Metro	20	130,74	2.614,80
0075	2500	Corretivo líquido, material á base de água, secagem rápida, frasco de 18	UN	120	5,29	634,80

		ml				
0076	2501	Crachás com prendedor	UN	350	3,81	1.333,50
0077	116179	Durex colorido tamanho 12 mm x 40 m, na cor amarelo	UN	10	4,41	44,10
0078	116182	Durex colorido tamanho 12 mm x 40 m, na cor azul	UN	10	4,41	44,10
0079	116181	Durex colorido tamanho 12 mm x 40 m, na cor verde	UN	10	4,41	44,10
0080	116180	Durex colorido tamanho 12 mm x 40 m, na cor vermelho	UN	10	4,41	44,10
0081	2502	Elástico amarelo nº18, pct c/ 500 und	PCT	2	24,60	49,20
0082	112813	ELASTICO; DE BORRACHA; NR 18, NA COR BEGE; PCTE 500 GRAMAS	PCT	10	33,18	331,80
0083	114790	ENVELOPE A4 KRAFT NATURAL 24 X 34 CM, CAIXA COM 250 UNIDADES.	Caixa	20	74,86	1.497,20
0084	2503	Envelope branco 250x353 mm caixa com 250 unidades	CX	1	121,55	121,55
0085	114814	ENVELOPE BRANCO, CARTA, LISO, 11X16 CM, CAIXA COM 500 UNIDADES.	CX	3	95,90	287,70
0086	7406	Envelope branco convite 160x235mm caixa com 1000 unidades	CX	2	82,66	165,32
0087	116258	Envelope branco tipo saco, 180x240mm.	UN	250	133,42	33.355,00
0088	113763	Envelope material kraft modelo saco padrão tamanho 260x360mm cor parda, gramatura 80g/m2 cx com 250	CX	20	87,75	1.755,00
0089	7410	Envelope pardo, 250x353mm, caixa c/250 unidades	CX	21	124,89	2.622,69

0090	7408	Envelope pardo tipo saco 125x176mm, caixa com 250 unidades	CX	11	46,65	513,15
0091	7409	Envelope pardo tipo saco 180x240mm, caixa com 250 unidades	CX	1	133,42	133,42
0092	114815	ENVELOPE SACO, KRAFT NATURAL 11 X X17 CM - PACOTE COM 500 UNID.	UN	3	148,00	444,00
0093	2364	Estilete escolar, suporte pvc lâmina de aço estreita, cx com 12 unidades	CX	1	44,51	44,51
0094	112781	ESTILETE GRANDE, LÂMINA AÇO INOX 18 MM CX C/12	CX	16	75,20	1.203,20
0095	116272	Etiqueta adesiva Nº 6181, tamanho carta medidas: 254 x 101,6mm caixa com 100 folhas..	CX	1	96,65	96,65
0096	2366	Etiqueta adesiva redonda, rolo 400 unidades (dourada e prata)	Rolo	5	63,72	318,60
0097	116273	ETIQUETAS Nº 6081, com 20 etiquetas por folha, tamanho carta medidas: 254 x 101,6mm. Compatível com impressoras a jato de tinta quanto a laser. CX COM 10 FOLHAS	CX	20	28,87	577,40
0098	112784	EXTRATOR DE GRAMPO EM METAL- TAM 14 CM	UN	65	5,06	328,90
0099	112864	FILTRO COLORIDO FCT. COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER ESPESSURA 1MM DENSIDADE 150GR/M2 CORES VARIADAS	Metro	40	35,10	1.404,00
0100	113098	FILTRO - CORES VARIADAS	Metro	170	27,40	4.658,00
0101	112865	FIBRA SILICONADA	kg	8	51,38	411,04
0102	2367	Fio de nylon nº 20 de 10 m	Rolo	4	21,05	84,20

0103	112836	FITA ADESIVA COLORIDA 12X10 CORES VARIADAS	UN	50	2,75	137,50
0104	114817	FITA ADESIVA, CREPE, BEGE, ROLO DE 18 MM X 50 M.	Rolo	20	7,60	152,00
0105	2370	Fita adesiva gomada em polipropileno, transparente, em rolos de 44 mm x 45 m	UN	10	8,44	84,40
0106	112786	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, MEDINDO 19MM X 50 M, COR BRANCA, TIPO FACE MOFACE.	UN	5	7,28	36,40
0107	114816	FITA ADESIVA, MULTIUSO, TRANSPARENTE, GOMADA EM ROLOS, 12 MM X 50M.	UN	20	3,45	69,00
0108	116149	FITA ADESIVA, MULTIUSO, TRANSPARENTE, GOMADA EM ROLOS, 18mm x 50m	UN	20	5,26	105,20
0109	116150	FITA ADESIVA, MULTIUSO, TRANSPARENTE, GOMADA EM ROLOS, 45mmx 100m	UN	50	12,14	607,00
0110	2371	Fita adesiva transparente gomada em rolos de 01 cm x 50 m	UN	10	5,26	52,60
0111	112842	FITA ADESIVA TRANSPARENTE GRANDE 48MM X 100M, DE PROLIPROPILENO BI-ORINETADO COM ADESIVO ACRILICO A BASE DE AGUA, PARA EMPACOTAMENTO, LACRAÇÃO DE PACOTES, FECHAMENTO DE CAIXAS DE PAPELÃO, EMENDAS E REFORÇOS, JUNÇÕES, PROTEÇÃO, MARCAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO, USO GERAL	UN	100	9,12	912,00
0112	7420	Fita adesiva transparente, pequena, 12mmx20m.	UND	10	1,35	13,50
0113	112894	FITA AUTO ADESIVA, CREPE, LARGA MEDINDO 5CMX50M. COMPOSIÇÃO: COLA AQUOSA (	UN	20	8,21	164,20

		ATOXICA) E PAPEL CREPADO				
0114	116274	Fita corretiva adesiva instantânea, com no mínimo de 4mm de largura e com no mínimo de 10 metros de comprimento. Cor da fita branca.	UN	30	15,98	479,40
0115	113112	FITA CREPE - LARGURA 12CM - ALTURA 3CM - PROFUNDIDADE 12CM	UN	30	10,48	314,40
0116	113086	FITA DE CETIM - LARGURA 1,0 - PEÇA COM 10M - CORES VARIADAS	UN	20	7,97	159,40
0117	2372	Fita de cetim nº 5 (22mm) na cor verde, rolo com 100 m	Rolo	1	57,33	57,33
0118	113116	FITA DUPLA FACE 12MM X 15M - 1M	UN	30	9,10	273,00
0119	114791	FITA DUPLA FACE DE PAPEL BRANCO 19 MM X 30 M	UN	50	9,69	484,50
0120	2376	Fita dupla face, em rolos 19mm x 50m	UN	5	35,77	178,85
0121	112893	FITA (DUREX) GROSSA, TRANSPARENTE, TAMANHO GRANDE, LARGURA 4CM	UN	50	2,16	108,00
0122	2377	Fita durex transparente gomada em rolos de 25mm x 50 m	UN	5	5,84	29,20
0123	113758	FITA MÉTRICA - FITA MÉTRICA, COMPOSIÇÃO: 95% PVC / 5% FIBRA DE VIDRO, COMPRIMENTO 1, 50 METROS	UN	20	11,52	230,40
0124	2379	Folha de isopor 10mm, tamanho 50 x 100 cm	UN	10	7,20	72,00
0125	114792	FOLHA DE OFICIO TAMANHO A4, COM 10 PACOTES, CADA UM COM 500 FOLHAS .	PCT	50	229,17	11.458,50
0126	2380	Folha de papel cartão, tamanho 43 x 63 cm, cores variadas	UN	50	3,22	161,00

0127	2381	Folha de papel fantasia, tamanho 46 x 62 cm, cores variadas	UN	100	1,67	167,00
0128	2382	Folha de papel kraft, tamanho 60 x 98 cm	UN	110	0,58	63,80
0129	113637	Folhas de emborrachado, EVA, 40cmX48cmX1,8mm – cores variadas	fol	500	1,27	635,00
0130	113638	Folhas de emborrachado, EVA, com glitter 40cm X 48cm X 1,8mm – cores variadas	fls	250	2,03	507,50
0131	2383	Folhas de EVA, tamanho 39 x 48 cm (cores variadas)	UN	100	2,69	269,00
0132	6715	Folhas de EVA, tamanho 39 x 48cm, estampado	fol	20	3,68	73,60
0133	1223	Gizão de cera, grande, caixa com 12 cores	Caixa	5	19,25	96,25
0134	112891	GIZ DE CERA. MULTICOR. DIMENSOES DO ITEM CXL 15X7X2,5CM XA ESTOJO COM 6 CORES DE GIZAO DE CERA	CX	5	4,37	21,85
0135	116151	GRAMPEADOR ALICATE, GRANDE, 30 FOLHAS. ESTRUTURA TOTALMENTE EM AÇO REFORÇADO, MEDE 18cm. UTILIZA GRAMPOS 26/6 E GRAMPEIA ATÉ 30 FOLHAS DE PAPEL DE 75g/m2	UN	10	42,42	424,20
0136	116153	GRAMPEADOR DE MESA, EM METAL, GRAMPEIA ATÉ 20 FOLHAS, COM BASE DE 13 cm, COMPATÍVEL COM GRAMPOS 26/6, COM DUAS OPÇÕES DE FIXAÇÃO: GRAMPEAR OU PRENDER.	UN	22	35,71	785,62
0137	116152	GRAMPEADOR DE PAREDE, EM ESTRUTURA METÁLICA, DE ALTA PRESSÃO, COM ALÇA PARA TRAVAMENTO DE SEGURANÇA,	UN	2	31,60	63,20

		PARA GRAMPOS 106/6, 106/8. MEDIDAS 4.5cmX8cmX15 cm.				
0138	3959	Grampeador de parede(tipo pistola) para grampos 106/6, 106/8, 106/10. Capacidade de armazenagem: 100 grampos, dimensões aproximadas: 154x24x135mm.	UN	12	46,60	559,20
0139	2390	Grampeador em metal pintado, capacidade minima de 200 grampos 26/6, medindo aproximadamente 20 cm de comprimento, 5 cm de base e 9 cm de altura	UN	2	38,66	77,32
0140	113765	Grampeador e papel ate 30 folhas – tamanho grande , usa grampo 26/6	UN	36	46,61	1.677,96
0141	2391	Grampo 106/6 galvanizado, caixa com 5000 unidades	CX	10	22,14	221,40
0142	116154	GRAMPO 23/8, GALVANIZADO, CAIXA C/5000 UNID	UN	3	22,76	68,28
0143	7437	Grampo alfinete, de segurança em aço níquelado nº 0, aproximadamente 2,7 cm caixa com 100)	CX	5	8,50	42,50
0144	7438	Grampo galvanizado 26/6, extra alta resistência, (prateado), cx com 5000 und.	CX	125	7,43	928,75
0145	112817	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO 80 MM PARA ATÉ 200 FOLHAS NO MÍNIMO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	50	15,21	760,50
0146	113815	Guilhotina de papel com medidas para diversos tamanhos de papel como A5, A4, B7, B6, cartão postal e mais. Pode cortar aproximadamente 12 folhas de papel de gramatura padrão 70g de uma só vez. Além de medidas padrões possui medida em centímetros nas bordas.Sua faca de	UN	2	406,33	812,66

		corte conta com cabo emborrachado para maior segurança e com pés de borracha garante maior aderência a superfície escolhida. E Material: metal. Medidas: 30cm x 25cm. Aproximadamente 12 folhas (padrão 70g/ S M papel). Ajuste de corte do papel. Corta A4, A5, B7, B6, B5, cartão postal e foto				
0147	7440	Jogo de canetinha, ponta fina, embalagem com 12 cores.	CX	10	11,45	114,50
0148	2393	Jogo de canetinha, ponta porosa, embalagem com 12 cores	JG	10	21,54	215,40
0149	116135	kit capa encadernação a4 cristal line - 100 unidades - kit capa encadernação a4 cristal line - 100 unidades	KT	2	53,86	107,72
0150	116166	KIT DE PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 6	KT	5	8,08	40,40
0151	116167	KIT DE PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES:8	KT	5	8,08	40,40
0152	116136	kit espiral para encadernação preto (7, 9, 14 e 17 mm) - 400 unidades - kit espiral para encadernação preto (7, 9, 14 e 17 mm) - 400 unidades	KT	1	109,40	109,40
0153	7441	Lantejola 6mm, pct de 1kg, cores amarelo, azul, rosa e vermelho.	PCT	80	93,69	7.495,20
0154	2394	Lápis borracha para apagar tinta de caneta	UN	30	3,32	99,60
0155	112895	LAPIS DE COR, COM ENVOLTÓRIO INTEIRIÇO, SEM EMENDAS, MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA, COPO CILINDRICO, EM MADEIRA COM 25UN	CX	20	10,18	203,60
0156	113742	Lápis de cor grande: cores vivas e	CX	65	14,42	937,30

		intensas, com ótimo poder de cobertura, mina macia, fácil de apontar, ponta resistente, não lasca. caixa com 12 unidades. qualidade igual ou superior a marca bic ou fabercastell.madeira				
0157	5222	Lápis preto nº2, caixa com 144 unidades. Com qualidade comprovada.	CX	23	78,72	1.810,56
0158	112789	LIVRO DE ATA C/ 100 FOLHAS, PAUTADAS E NUMERADAS, SEM MARGEM, TAMANHO OFICIO, CAPA PRETA.	UN	25	27,83	695,75
0159	116155	LIVRO DE ATA C/50 FOLHAS, PAUTADAS E NUMERADAA, SEM MARGEM, TAMANHO OFÍCIO, CAPA PRETA.	UN	82	18,53	1.519,46
0160	7446	Livro Protocolo de Correspondência, com 104fls, capa: papelão 697 g/m2, revestido com papel Off-set 120 g/m2, folhas internas: papel off-set 63 g/m2, formato: 153x216mm	UND	22	26,72	587,84
0161	7448	Massa para modelar, de boa qualidade, caixa com 12 cores.	CX	5	10,46	52,30
0162	112869	ORGANIZADOR DE MESA, CONFECCIONADO EM ACRILICO FUME, DOTADO DE UM PORTA LAPIS/CANETA, UM PORTA CLIPS E UM PORTA LEMBRETES, FIXADOS SOBRE UMA BASE RETNGULAR UNICA DE NO MINIMO 22X6 CM	UN	50	23,63	1.181,50
0163	112851	PALITO DE PICOLE, COM PONTA REDONDA - MADEIRA - PCT 100UN	PCT	20	7,72	154,40
0164	112850	PALITO PARA CHURRASCO, PCT 100UN	PCT	20	9,94	198,80
0165	112787	PAPEL A4 FOLHA SULFITE BRANCA FORMATO: A4 (210 X 297MM)	PCT	600	43,33	25.998,00

		GRAMATURA: 75G PACOTE COM 500 FOLHAS				
0166	116121	Papel A4 vergê	PCT	30	25,79	773,70
0167	5223	Papel alcalino, branco, opaco, liso, formato A4(10 x 297 mm) cx c/10 pct c/ 500 folhas. "Chamex" marca citada apenas como referência, devendo o produto cotado, ter desempenho igual ou superior.	CX	10	274,86	2.748,60
0168	2406	Papel alumínio, 45 cm x 7,5 cm	Rolo	10	12,58	125,80
0169	2407	Papel camurça (40 x 60 cm), cores variadas	UN	20	2,71	54,20
0170	7452	Papel carbono, formato A4, tamanho 21 x 29,7, preto, cx com 100 folhas	CX	24	51,70	1.240,80
0171	112896	PAPEL CARTAO 120G COR OPALINE B	CX	10	11,59	115,90
0172	7453	Papel casca de ovo com 180 g, tamanho A4, 210x297 mm, cx com 50 folhas.	CX	20	20,61	412,20
0173	3967	Papel celofane, folhas transparentes, tamanho 0,85 cm x 1,00 m-cores variadas.	UN	22	3,55	78,10
0174	2411	Papel glossy paper, alto brilho, tamanho A4 (210 X 297mm) 165g. Pacote com 50 folhas	PCT	10	32,77	327,70
0175	112853	PAPEL COLOR SET, GRAMATURA 120G/M2, FORMATO 48X66CM - CORES VARIADAS	UN	200	1,76	352,00
0176	116123	Papel color set, gramatura 75 g/m² a 90 g/m², formato A4, cores variadas 50 folhas	PCT	10	20,83	208,30
0177	2412	Papel color set tamanho 43 x 63 cm (cores variadas)	UN	55	1,63	89,65

0178	6724	Papel Couchê A4 180Gr Brilho Laser pacote com 50 Folhas	PCT	10	40,71	407,10
0179	114232	Papel couchê , A4, branco, gramatura 170, pcte com 50 folhas	PCT	20	39,54	790,80
0180	114778	Papel crepom tamanho 0,48 cm x 2,00 M (cores variadas)	UN	10	2,83	28,30
0181	2415	Papel de seda, tamanho 48 x 60 cm (cores variadas)	UN	310	0,50	155,00
0182	116124	Papel fantasia, uso artesanal e escolar, formato grande, tamanho 47x66. Cores variadas	UN	50	0,44	22,00
0183	116195	Papel fotográfico A4 Paper 150g/m², branco -brilhante 50 folhas.	PCT	10	37,58	375,80
0184	114233	Papel Matte 170g, A4 ,Branco, pacote com 100 folhas	PCT	20	14,72	294,40
0185	113076	PAPEL PARDO KRAFT EM BOBINA 60CM X 50M	UN	1	70,78	70,78
0186	2418	Papel reciclado, tamanho A4, cx com 10 pcts de 500 folhas	CX	1	340,34	340,34
0187	2421	Papel sulfite, alta alvura, 180 gramas, A4(21 x 29,7)cm, cx com 1.000 folhas	CX	1	321,50	321,50
0188	6722	Papel sulfite color, pct c/500 folhas (cores variadas), referência RIPAX	PCT	10	71,13	711,30
0189	2422	Papel vergê, pct com 50 folhas de 18g (branco, palha, verde água) referência OFF PAPER.	CX	5	26,43	132,15
0190	113834	Pasta Aba Com Elástico Fina Projetada em polipropileno, material resistente evidenciando credibilidade. Aba elástico em polipropileno; Abas para fixar documentos no interior da pasta; Fechamento com elástico; 335 x	UN	124	11,69	1.449,56

		235mm;				
0191	113759	PASTA ABA COM ELÁSTICO - PASTA PLÁSTICA POLIPROPILENO TRANSPARENTE CRISTAL C/ ELÁSTICO, LOMBO DE 20 MM, MATERIAL LEVE ATÓXICO RESISTENTE E RECICLÁVEL. AS PASTAS DEVEM ESTAR DEVIDAMENTE DOBRADAS E EMBALAS.	UN	100	12,40	1.240,00
0192	114794	PASTA AZ , LOMBO ESTREITO DE 50MM, COR PRETA.	CX	20	16,80	336,00
0193	6723	Pasta AZ, tamanho ofício, lombo largo 35 x 28 x 8 cm, em papelão calandrado, cm lombada em "percalux", etiqueta e visor para identificação em plástico transparente, tamanho 10 x 6 cm, com garra interna e alavanca cromada para papel com dois furos, alta precisão para fechamento perfeito dos arcos, fixador plástico de papel	UND	40	28,71	1.148,40
0194	9761	Pasta catálogo, disponível p/ ofício (216x330mm) com 110 plástico, capa preta	UND	2	69,65	139,30
0195	113760	PASTA CATALÓGO - FORMATO A4, COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO, COM 100 ENVELOPES. DIMENSÕES 270 X 320 X 6,0 CM, DE PRIMEIRA QUALIDADE, NA COR PRETA.	UN	36	31,60	1.137,60
0196	114966	Pasta classificadora, 480grs, com grampo plástico, na cor cinza, tamanho 345 x 235 mm, cx com 50 unidades.	CX	101	303,12	30.615,12
0197	112971	PASTA DE PLASTICO SANFONADA, TAMANHO DISPONIVEL PARA OFICIO (216X330) COM 50 DIVISORIAS.	UN	2	67,34	134,68

0198	2429	Pasta ofício 240 x 330 x 18 mm translúcida cor verde	UN	50	7,18	359,00
0199	116125	Pasta sanfonada acompanha etiquetas para identificação matéria prima polipropileno, reciclável atóxica, impermeável, leve cor: transparente fechamento com elástico espessura 0,70mm dimensões 250x350mm	UN	20	61,97	1.239,40
0200	7471	Pasta suspensa em cartão kraft (170g/m²) plastificado externamente. Acompanha visor e etiqueta, grampo plástico e hastes plásticas removíveis, caixa com 50 unidades.	CX	10	153,21	1.532,10
0201	2433	Percevejo latonado para painéis, caixa com 100 unidades	CX	7	4,65	32,55
0202	1248	Perfurador, com capacidade para perfurar até 25 folhas de 75g/m2.	UN	20	28,32	566,40
0203	116156	PERFURADOR DE METAL, PRETO, 2 FUROS, COM GUIA (MARGEADOR), PERFURA ATÉ 35 FOLHAS, BASE ANTIDESLIZANTE. COMPOSIÇÃO: METAL, PINTURA ELETROSTÁTICA E PLÁSTICO.	UN	2	31,74	63,48
0204	116128	perfurador papel, 2 furos, 50 folhas -	UN	7	41,18	288,26
0205	2437	Pilha alcalina, 1,5 volts, tamanho AA	UN	62	5,50	341,00
0206	2438	Pilha alcalina, 1,5 volts, tamanho AAA	UN	62	5,71	354,02
0207	113770	PILHA COMUM C MEDIA C2	UN	100	11,81	1.181,00
0208	2439	Pilha recarregável AA 2800	UN	2	12,79	25,58
0209	5226	Pincel atômico 1100P, cx com 12 unidades (cores sortidas). Referência pilot.	CX	1	79,20	79,20
0210	112782	PINCEL ATÔMICO COLORIDO,	CX	30	82,26	2.467,80

		PONTA GROSSA, REDONDA ESTOJO COM 12 UNIDADES				
0211	116157	PINCEL ATÔMICO, CORES SORTIDAS, AZUL, PRETO, VERMELHO E VERDE.	UN	12	21,23	254,76
0212	2441	Pincel atômico hidrográfico, traço de 4 mm, cores: preto, azul, vermelho	CX	1	65,27	65,27
0213	114795	PINCEL ATOMICO, PLASTICO, COM PONTA FACETADA, COR PRETA	UN	30	14,36	430,80
0214	114796	PINCEL ATOMICO, PLASTICO, COM PONTA FACETADA, COR VERMELHA	UN	30	12,65	379,50
0215	112897	PINCEL ATOMICO, PLASTICO, NA COR PRETA, COM PONTA FACETADA, EM CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	5	14,74	73,70
0216	116188	Pincel color avulso, caixa com 12 unidades na cor amarelo	CX	1	14,74	14,74
0217	116184	Pincel color avulso, caixa com 12 unidades na cor azul	CX	1	31,78	31,78
0218	116185	Pincel color avulso, caixa com 12 unidades na cor preto	CX	1	40,12	40,12
0219	116187	Pincel color avulso, caixa com 12 unidades na cor verde	CX	1	45,10	45,10
0220	116186	Pincel color avulso, caixa com 12 unidades na cor vermelho	CX	1	42,23	42,23
0221	116161	Pincel marcador para quadro branco, material plástico, ponta macia, tipo carga descartável, ponta de acrílio de 4,0mm, espessura da escrita 2,0mm, nas cores preto, vermelho e azul.	CX	21	55,01	1.155,21
0222	116164	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 0	KT	5	8,08	40,40
0223	116168	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 10	KT	5	8,08	40,40

0224	116169	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 12.	KT	5	8,08	40,40
0225	116170	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 14	KT	5	8,08	40,40
0226	116174	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 14	KT	5	8,08	40,40
0227	116176	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 18	KT	5	8,08	40,40
0228	116165	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 2	KT	5	8,08	40,40
0229	116172	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 20.	KT	5	8,08	40,40
0230	116173	PINCEL PARA PINTURA EM TELA, NAS NUMERAÇÕES: 4	KT	5	8,08	40,40
0231	2444	Pincel para pintura nº12.	UN	5	3,99	19,95
0232	2445	Pincel redondo para artesanato nº10	UN	5	4,28	21,40
0233	2446	Pincel redondo para artesanato nº18	UN	5	3,78	18,90
0234	2447	Pincel redondo para artesanato nº6	UN	5	3,51	17,55
0235	2448	Pincel redondo para artesanato nº8	UN	5	3,31	16,55
0236	1208	Pistola de cola quente pequena, bivoltagem: 110/220 volts, 10 watts. Ponta com i	UN	22	74,85	1.646,70
0237	112807	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE, COM GATILHO BIVOLTAGEM 110/220 VOLTS, 40 WATTS.	UN	22	82,33	1.811,26
0238	113751	Placa isopor 50x100cm, espessura 30mm	UN	50	14,64	732,00
0239	116137	Porta Folheto de Parede A5 Vertical Formato do folheto: A5 Vertical (148 mm x 210 mm) Material: Acrílico ou policarbonato transparente de alta	UN	20	30,94	618,80

		resistência, Espessura do material: 2 a 3 mm Tipo de bolsa: Vertical com abertura superior Fixação: Sistema de furação para montagem direta em parede com parafusos e buchas Capacidade: 30 a 50 folhas (80 g/m ²)Peso aproximado: 200 a 300 g				
0240	7479	Porta lápis, caneta e clips, tamanho 15x7cm, cor fumê.	UND	14	27,02	378,28
0241	7480	Prancheta em duratex, ofício com prendedor metálico.	UND	43	8,99	386,57
0242	116191	PRANCHETA PORTÁTIL DE FIBRA, TAMANHO A4 COM PRENDEDOR METÁLICO	UN	5	6,71	33,55
0243	116138	Quadro branco Superfície de escrita: Material: Melamina, aço pintado ou aço vitrificado (dependendo da versão) Cor: Branca Compatibilidade: Canetas/marcadores para quadro branco Fácil limpeza, resistente a manchas e sombras , Moldura: Alumínio anodizado com cantos plásticos arredondados Com calha inferior para apoio de marcadores , 90 x 60 cm	UN	5	89,76	448,80
0244	116129	Quadro de aviso em cortiça, 80cm x 80cm, moldura de madeira - cortiça de 6mm de espessura	UN	10	149,65	1.496,50
0245	112859	REABASTECEDOR PARA PINCEL ATOMICO DE 37ML: CORES: VERMELHO, AZUL E PRETO.	UN	60	48,58	2.914,80
0246	113752	Refil cola quente – bastão transparente fino – pacote 1 kg	PCT	5	38,13	190,65
0247	113753	Refil cola quente – bastão transparente grosso – pacote 1	PCT	5	32,71	163,55

0248	7485	Régua comum, material plástico cristal, rígido, transparente 30 cm.	UND	76	3,93	298,68
0249	112898	ROLO PAPEL PARDO 60 CM	Rolo	3	131,47	394,41
0250	2455	Sacador de grampos, tipo espátula, confeccionado em aço carbono galbonizado	UN	2	4,99	9,98
0251	2456	Saco metalizado para presentes, medida aprox.. 35 x 54 cm, cores sortidas, pacote com 50 unidades	PCT	1	47,35	47,35
0252	116143	Saco transparente e resistente em polipropileno (PP) 100% virgem. Medidas - 15 cm de largura x 50 cm de altura, espessura 0,006. Pacotes com 500 unidades.	PCT	8	76,62	612,96
0253	116194	SOMBRINHA DECORATIVAS, CORES SORTIDAS.TECIDO 100 BASE DA SOBRINHA EM ALUMÍNIO	UN	50	42,54	2.127,00
0254	113087	TECIDO CHITÃO ESTAMPADO 100% ALGODÃO - FLORAL COM CORES VARIADAS	Metro	30	15,47	464,10
0255	2457	Tecido não tecido (TNT), 100% polipropileno, rolo com 100m,(cores variadas)	Rolo	10	179,45	1.794,50
0256	114043	Tesoura grande com ponta, Lâmina em aço inox, Cabo ergonômico, textura antideslizante, 8,5 polegadas (8 1/2")	UN	52	64,48	3.352,96
0257	7493	Tesoura multiuso, com lâmina em aço inoxidável, cabo em plástico resistente anatômico, 21 cm.	UND	3	26,62	79,86
0258	112954	TESOURA SEM PONTA, LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL, CABO DE POLIPROPILENO PONTA REDONDA, MEDIDA APROX 12CM	UN	3	14,38	43,14
0259	113110	TESOURA TITANIO SOFT 7"	UN	30	56,66	1.699,80

0260	112980	TINTA GUACHE, NAO TOXICA, COM SELO DO INMETRO, CX COM 6 UN DE 15ML CADA, CORES VARIADAS.	CX	50	10,55	527,50
0261	2463	Tinta para almofada de carimbo, frasco com 40 ml (azul, preta)	UN	27	10,47	282,69
0262	116178	TINTA PARA CARIMBO - COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁGUA PARA REATIVAR CARIMBO AUTO-ENTINTADO; COR: AZUL. FRASCO COM 30 ML.	UN	12	6,88	82,56
0263	116177	TINTA PARA CARIMBO - COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁGUA PARA REATIVAR CARIMBO AUTO-ENTINTADO; COR: PRETO. FRASCO COM 30 ML.	UN	12	8,56	102,72
0264	2464	Tinta para carimbo numerador, a base de óleo, para uso no carimbo e almofada, cor preta, embalagem de 30 ml	UN	6	22,33	133,98
0265	113119	Tinta para tecido 37ml - cores variadas	UN	750	6,73	5.047,50
0266	6732	Tinta SPRAY , 400ML , 250G,Cores Variadas	UND	50	27,38	1.369,00
0267	113754	TNT Cores Lisas (1,40 x 50 metros) feito a partir de viscoso e polímero 100% em polipropileno. – Cor: laranja, lilás, marfim, marrom, verde bandeira, verde limão, verde musgo, pink, preto, rosa claro, roxo, vermelho, amarelo, azul claro, azula royal, azul marinho, bege, branco, cinza claro, cinza escuro.	UN	40	160,53	6.421,20

Total Geral ==> 304.025,86